

CFESS Manifesta

15ª Conferência Nacional de Saúde

Brasília (DF), 1º de dezembro de 2015

Gestão Tecendo na luta a manhã desejada



CFESS
CONSELHO FEDERAL
DE SERVIÇO SOCIAL

www.cfess.org.br

o serviço social grita:
saúde pública!
é direito do povo
brasileiro!

Em 2015 o Sistema Único de Saúde (SUS) completa 27 anos de existência! Aproveitamos a 15ª Conferência Nacional de Saúde – espaço de luta pelo fortalecimento da política nacional de saúde – para convocar todos/as os/as assistentes sociais, trabalhadores/as de saúde, usuários/as, gestores/as, para adensarem a luta por uma política de saúde pública, estatal e universal.

O SUS, patrimônio da sociedade brasileira, é fruto de um longo processo de lutas da classe trabalhadora do nosso país. Vale lembrar que, até a Constituição Federal de 1988, o país não dispunha de um programa de assistência universal à saúde. Naquele momento histórico, somente os/as trabalhadores/as com carteira assinada podiam acessar os serviços de saúde existentes.

O Sistema Único de Saúde, ao longo de sua história, se tornou responsável pelos maiores programas de atenção à saúde no país, dentre eles: o de imunização, combate ao HIV, atenção à saúde mental, remoção em situação de urgência e emergência (SAMU), transplantes de órgãos, combate à hanseníase, tratamento a renais crônicos, tratamento e combate ao câncer e tuberculose, dentre outros. Além disso, algumas unidades de saúde do país são referências de tratamento para toda a América Latina.

As contrarreformas político-administrativas efetuadas pelo Estado brasileiro nos últimos anos, têm impactado brutalmente no financiamento e na estruturação do sistema de saúde, fragilizando a assistência à população, bem como têm estimulado a expansão do setor privado. O orçamento da saúde de 2016 (descontados já 11,8 bilhões que foram retirados em nome do ajuste fiscal) será de 91,5 bilhões.

Os sucessivos cortes no orçamento da saúde são sustentados com o argumento de que há uma crise financeira e de que todos os ministérios deveriam contribuir com o contingenciamento, necessário para o ajuste fiscal. Vale lembrar que este discurso não é novo: desde a constituição do SUS, projetos privatistas disputam a concepção de saúde em nosso país. ►

Nos últimos anos, temos assistido ao adensamento do sucateamento e da privatização no interior do SUS. As parcerias público-privadas são intensificadas por meio da transferência da gestão das unidades de saúde pública para as organizações sociais (Oscip, OS, Fundações, Ebserh, dentre outras); a desvinculação da DRU, que retira recursos da seguridade social para outras áreas; a autorização da entrada do capital estrangeiro, no âmbito da saúde privada, por meio da Lei nº 13.097, de 2015; a tramitação da PEC 451 de 2014, que obriga todas as empresas privadas a oferecerem serviços de saúde aos seus trabalhadores e trabalhadoras e a Emenda Constitucional nº 86 de 2015, que limita e transfere os recursos da saúde para outras emendas parlamentares, dentre outras medidas. Cabe destacar ainda que, em abril deste ano, o governo federal conseguiu aprovar na Câmara Federal o Projeto de Lei 4.330/2004, que trata do trabalho terceirizado e das relações de trabalho desta modalidade de precarização do trabalho e de exploração dos/as trabalhadores/as. Esta modalidade de contrato já vem sendo amplamente implementada na política de saúde e seus efeitos nefastos já são sentidos e denunciados pelos/as trabalhadores/as dos serviços e pela população usuária.

Em 2015 assistimos também à aprovação do marco regulatório das Comunidades Terapêuticas. Tal ato constitui um retrocesso para a política de saúde mental do país. O atendimento dos usuários e das usuárias de álcool e outras drogas, que necessitam de tratamento, deveria ser pautado pela lógica da redução de danos, conforme preconiza a política nacional de saúde mental. Se de um lado, o orçamento da saúde sofreu cortes em 2015, o da Secretaria Nacional de Álcool e drogas (Senad), órgão vinculado ao Ministério da Justiça, foi ampliado para 330 milhões de reais, o maior orçamento da história da secretaria. A questão a ser problematizada aqui não se refere à ampliação dos recursos da Senad, mas à centralidade do atendimento dos/as usuários/as nas comunidades terapêuticas. Nos últimos anos, a Senad tem ampliado exponencialmente o número de vagas para tratamento de usuários e usuárias de álcool e outras drogas em comunidades terapêuticas, contrariando as orientações do Ministério da Saúde.

A saúde pública, gratuita, universal e de qualidade é pauta histórica de luta dos/as assistentes sociais brasileiros/as, que reconhecem a saúde como parte da seguridade social, como um campo de luta e de formação de consciências críticas em relação à desigualdade social no Brasil e de organização dos trabalhadores e das trabalhadoras.

O progressivo desfinanciamento dos serviços sob responsabilidade direta do Estado e a ampliação sistemática e contínua da privatização da saúde têm levado a população a descreditar que seja possível um sistema público e gratuito de saúde, a pensar que o SUS não é viável ou que não tem capacidade para prestar serviços de saúde com qualidade. A lógica do capital é exatamente esta: desacreditar o SUS e credibilizar e valorizar a privatização – quer seja via saúde privada financiada diretamente pelo próprio trabalhador, quer seja via SUS.

Hoje, mais do que nunca, precisamos renovar nossa luta em defesa do SUS. Na 15ª Conferência Nacional de Saúde, cujo tema é “Saúde Pública de qualidade para cuidar bem das pessoas. Direito do Povo Brasileiro”, precisamos garantir que nossas pautas e nossas reivindicações sejam ouvidas e postas em prática pelo governo brasileiro. As conferências de saúde, historicamente, têm se posicionado veementemente contra a privatização e a terceirização da saúde e contam com o apoio do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e dos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), que integram a Frente Nacional contra a Privatização da Saúde e se fazem pre-

sentes na 15ª Conferência Nacional de Saúde, erguendo suas bandeiras de luta.

A saúde pública, gratuita, universal e de qualidade é pauta histórica de luta dos/as assistentes sociais brasileiros/as, que reconhecem a saúde como parte da seguridade social, como um campo de luta e de formação de consciências críticas em relação à desigualdade social no Brasil e de organização dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Na 15ª Conferência Nacional de Saúde, reiteramos a defesa do SUS, público, gratuito, universal, estatal e de qualidade! Defendemos:

- Priorizar ações conjuntas com entidades, movimentos sociais, fóruns de defesa do SUS e a Frente Nacional contra a Privatização da Saúde, contrários às privatizações, fundações privadas, OS, Oscip, Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh.S.A), parcerias público-privadas (PPP) e outras modalidades;
- Lutar pela efetivação da reforma psiquiátrica e dos mecanismos de atenção aos/as usuários/as dos serviços de saúde mental, na perspectiva de ampliação de uma rede substitutiva e antimanicomial;
- Defender posicionamento contrário à internação involuntária e compulsória de usuários de álcool e outras drogas em comunidades terapêuticas, unidades acolhedoras e outras instituições congêneres;
- Fortalecer a Política Nacional de Saúde do Trabalhador, considerando a interface com as políticas de saúde, trabalho e previdência;
- Lutar pela alteração da Portaria Ministerial nº 835 de 2012 e de seus instrutivos, que indicam a forma facultativa da presença de assistentes sociais na equipe multiprofissional de atendimento a pessoas com deficiência;
- Fortalecer a atenção básica com ampliação das profissões que compõem sua equipe, reafirmando a necessidade do trabalho coletivo para a garantia da saúde da população;
- Rejeitar a aprovação da Desvinculação das Receitas da União (DRU), que rouba o fundo público e que em 2015 amplia seu percentual para 30%;
- Rejeitar a aprovação do projeto de lei nº 4.330/2004, que trata da terceirização de todos os postos de trabalho.



CFESS
CONSELHO FEDERAL
DE SERVIÇO SOCIAL

SCS Quadra 2, Bloco C,
Edif. Serra Dourada,
Salas 312-318
CEP: 70300-902
Brasília - DF
Fone: (61) 3223.1652
Fax: (61) 3223.2420
cfess@cfess.org.br

Gestão Tecendo na luta a manhã desejada (2014-2017)

PRESIDENTE Maurílio Castro de Matos (RJ)
VICE-PRESIDENTE Esther Luíza de Souza Lemos (PR)
1ª SECRETÁRIA Tânia Maria Ramos Godoi Diniz (SP)
2ª SECRETÁRIA Daniela Castilho (PA)
1ª TESOUREIRA Sandra Teixeira (DF)
2ª TESOUREIRA Nazarela Rêgo Guimarães (BA)

CONSELHO FISCAL
Juliana Iglesias Melim (ES)
Daniela Neves (DF)
Valéria Coelho (AL)

SUPLENTE
Alessandra Ribeiro de Souza (MG)
Josiane Soares Santos (SE)
Erlenia Sobral do Vale (CE)
Lilian da Silva Gomes Melo (AM) - licenciada
Marlene Merisse (SP)
Raquel Ferreira Crespo de Alvarenga (PB)
Maria Bernadette de Moraes Medeiros (RS)
Solange da Silva Moreira (RJ)
Hirley Ruth Neves Sena (MS)

CFESS MANIFESTA
15ª Conferência Nacional de Saúde
Conteúdo (aprovado pela diretoria):
Solange Moreira, Alessandra Ribeiro e Maurílio Matos
Organização: Comissão de Comunicação
Revisão: Diogo Adjuto
Ilustrações: Okalinichenko e Anna Ismagilova / Fotolia
Diagramação: Rafael Werkema